

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Município de Paços de Ferreira (adiante também designado por Entidade ou Município), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 192 519 198 euros e um total de património líquido de 85 605 367 euros, incluindo um resultado líquido de 887 493 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração individual das alterações no património líquido e a demonstração dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, bem como o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Município de Paços de Ferreira, em 31 de dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

#### Bases para a opinião com reservas

Os Serviços da Entidade desencadearam um processo de inventariação e atualização dos registos dos bens do seu ativo imobilizado, estando atualmente a finalizar o trabalho de cadastro e caracterização de toda a Rede Viária, que consistiu num levantamento e valorização dos bens de domínio público correspondentes às infraestruturas da rede viária, pedonal e estacionamento, para posterior integração no Património e conciliação com a Contabilidade, processo esse que não ficou concluído a 31 de dezembro de 2023. Relativamente aos imóveis (artigos urbanos e rústicos), o Município iniciou um trabalho de confrontação com outras fontes de informação, nomeadamente Finanças e Conservatória, bem como de georreferenciação dos bens, processo que igualmente não se encontra concluído na presente data. Adicionalmente, através da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, foram transferidas competências em diversos domínios para as autarquias locais e entidades intermunicipais. No domínio da saúde, a transferência de competências para o Município incluiu a transferência da titularidade de imóveis (centros de saúde), equipamentos não médicos e equipamentos de transporte que foram registados na contabilidade do Município sem valor, devido à inexistência de informação quanto à sua valorização. No domínio da educação, esta incluiu a transferência da titularidade de equipamentos educativos, nomeadamente quatro escolas do ensino básico, cuja informação necessária para proceder aos respetivos registos contabilísticos ainda não foi obtida pelo Município na presente data. Por outro lado, conforme divulgado na nota 4 do anexo às demonstrações financeiras e, decorrente da adoção do SNC-AP, não foram reconhecidos os ativos e passivos referentes aos acordos de concessão em vigor no Município. Deste modo, não nos é possível determinar o impacto destas situações nas demonstrações financeiras de 2023.

Relativamente aos Subsídios ao investimento, cujo saldo em 31 de dezembro de 2023 ascende a 53 144 195 euros contabilizados nas rubricas: (i) Outras variações no património líquido por 38 018 036 euros; e (ii) Diferimentos por 15 126 159 euros, não obtivemos a totalidade das listagens detalhadas com a decomposição dos bens compartilhados, estando os Serviços da Entidade a proceder a esse levantamento à presente data. Decorrente destas situações e da limitação descrita no parágrafo anterior, não nos foi possível validar a adequação dos rendimentos imputados pelo Município, sendo de realçar que, de acordo com o previsto no



SNC-AP, os rendimentos de subsídios ao investimento deverão ser reconhecidos numa base sistemática, à medida que forem contabilizadas as amortizações do ativo a que respeitam. Deste modo, não estamos em condições de nos pronunciar quanto aos saldos das referidas rubricas.

A empresa municipal PFR INVEST - Sociedade de Gestão Urbana, EM foi declarada em situação de insolvência por sentença de 16 de fevereiro de 2015 e em 2015 três credores desta empresa instauraram, contra o Município, processos em Tribunal ascendendo a cerca de 47 390 000 euros. A referida sentença foi anulada, mas por sentença proferida em 13 de fevereiro de 2017, foi novamente decretada a insolvência da PFR INVEST. Em 31 de dezembro de 2023, apesar da participação financeira de 600 000 euros se encontrar em imparidade na sua totalidade, não foram constituídas quaisquer provisões para os referidos processos, na medida em que é convicção do Órgão Executivo a respetiva improcedência. Neste contexto, não nos podemos pronunciar quanto à eventual insuficiência do Passivo do Município, decorrente das possíveis responsabilidades subsidiárias por conta desta empresa municipal.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

### **Ênfase**

A ADPF - Águas de Paços de Ferreira, SA (anterior AGS Paços de Ferreira - Sociedade Concessionária dos Sistemas de Abastecimento de Água e Saneamento de Paços de Ferreira, SA), requereu, ao abrigo do contrato de concessão celebrado com o Município, a reposição do seu reequilíbrio económico-financeiro em 101 858 085 euros. Na sessão da Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2015 foi aprovado o memorando de entendimento celebrado entre o Município e a ADPF, que estabeleceu uma indemnização de 50 000 000 euros a favor da ADPF, a qual foi contabilizada em 2015 em Provisões para Riscos e Encargos. Estas Provisões foram reforçadas nos exercícios seguintes em 993 084 euros (valor acumulado em 31 de dezembro de 2023 ascende a 50 993 084 euros) referentes à atualização da dívida prevista no referido memorando, sendo de salientar que a obrigação de pagamento do referido valor está dependente da celebração de aditamento ao contrato de concessão e da aprovação do Tribunal de Contas. De realçar que aqueles montantes não estão incluídos nos compromissos assumidos em 31 de dezembro de 2023. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Município de acordo com o SNC-AP;
- (ii) elaboração do relatório de gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- (v) avaliação da capacidade do Município de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Município;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Município para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Município descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre as demonstrações orçamentais

Auditámos as demonstrações orçamentais anexas do Município, que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 46 234 620 euros) e a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 40 275 554 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas do Município. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 - Contabilidade e Relato Orçamental, do SNC-AP.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do SNC-AP.

### Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” do “Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras” e exceto quanto à matéria referida no parágrafo seguinte, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Conforme mencionado na nota 3 do relatório de gestão e atividades, o Município ainda não implementou em pleno a contabilidade de gestão e, por isso, o relatório de gestão não inclui as divulgações previstas na NCP 27 - Contabilidade de Gestão.

Porto, 18 de abril de 2024



---

Paulo Jorge de Sousa Ferreira  
(ROC n.º 781, inscrito na CMVM sob o n.º 20160414)  
em representação de BDO & Associados, SROC, Lda.